

RELAÇÕES BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA PARA DESENVOLVIMENTO OU UMA RELAÇÃO DE CODEPENDÊNCIA?

Isaiás Albertin de Moraes¹
Mônica Heinzemann Portella de Aguiar²
Carlos Eduardo Tauil³

RESUMO

Este artigo visa analisar as relações econômicas entre Brasil e China na contemporaneidade. A primeira parte da pesquisa aborda a Teoria da Dependência e sua interpretação das relações entre países periféricos e centrais no complexo sistema internacional. A segunda parte apresenta um breve histórico das relações sino-brasileiras e analisa o seu atual estágio. A pesquisa propõe um novo conceito para interpretar as relações entre países semiperiféricos: codependência. Como procedimento técnico-metodológico, a pesquisa utilizou de fontes primárias e secundárias, como indicadores econômicos, produção bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Teoria da Dependência; Relações interestatais; China-Brasil; Codependência; Desenvolvimento Econômico.

RELATIONS BRAZIL-CHINA: A PARTNERSHIP FOR DEVELOPMENT OR A RELATIONSHIP OF CODEPENDENCE?

ABSTRACT

This article aims to analyze the economic relations between Brazil and China nowadays. The first part of the research presents The Dependency Theory and its interpretation of the relations between peripheral and central countries. The second part presents a brief history of Sino-Brazilian relations and analyzes its current stage. The research proposes a new concept to interpret the relations between semiperipheral countries: codependency. As a technical-methodological procedure, the research used primary and secondary sources, such as economic indicators, bibliographical and documentary production.

Keywords: Dependency Theory; Interstate relations; China-Brazil; Codependency; Economic development.

JEL: F14 ; F54 ; O1; O54

¹ Doutorando em Ciências Sociais com ênfase em Estado, Sociedade e Política Pública pela Unesp/Araraquara. Pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC/Unesp) <isaiasalm@gmail.com>

² Mestrado em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) (1991). Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ. <monicahpaguiar@gmail.com>

³ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2016 -), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (2015). <cadutauil@hotmail.com>

1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) originada a partir da Revolução Comunista de 1949 liderada por Mao Tsé-Tung começou a introduzir reformas liberalizantes quando da ascensão de Deng Xiaoping ao poder na década de 1970. As transformações pretendiam fomentar a abertura comercial e estimular a iniciativa privada e o capital estrangeiro mantendo, no plano político, a ditadura exercida por um partido único, o Partido Comunista Chinês (PCCh). O modelo denominado pelo PCCh de “socialismo de mercado” por mesclar características de economia de mercado, mas mantendo concentrado e hierarquizado o controle político e social típico das experiências socialistas marxistas vêm fazendo com que a China tenha um crescimento real médio anual de 9% ao ano (Banco Mundial). A última vez que o país cresceu menos do que a média mundial foi em 1976, dois anos antes das reformas de Deng Xiaoping.

O ápice do crescimento chinês foi de 15,13% em 1984, dois anos após o XII Congresso Nacional do PCCh. Esse teve como foco a ampliação do processo de abertura industrial, com a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) na costa, além do estabelecimento de cidades abertas. A abertura econômica chinesa para o mundo teve como uns de seus pontos altos o início do processo de adesão do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. No Protocolo de Acesso da China à OMC, que foi firmado em 11 de dezembro de 2001, estava previsto um prazo de 15 anos para que o país realizasse mudanças para transformar sua economia de fato de mercado. A China teria de rever sua política de subsídios, de tarifas elevadas de importação, de barreiras não tarifárias, de discriminação de produtos estrangeiros e de proteção inadequada aos direitos de propriedade intelectual (BRAHM, 2012).

Em dezembro de 2016, o governo chinês declarou ter completado o processo de transformação em economia de mercado, tendo, segundo ele, cumprido todas as exigências requeridas. O diretor da OMC, Roberto Azevêdo considerou, no entanto, que o protocolo não obrigaria o reconhecimento automaticamente da China como economia de mercado pelos demais países-membros da OMC. Cada país poderá realizar sua interpretação e tomar sua decisão. Um dos impactos de reconhecer o modelo do PCCh de economia de

mercado é que futuros processos antidumping têm de ser resolvidos pelo sistema regular da OMC e não mais por medidas unilaterais dos Estados.

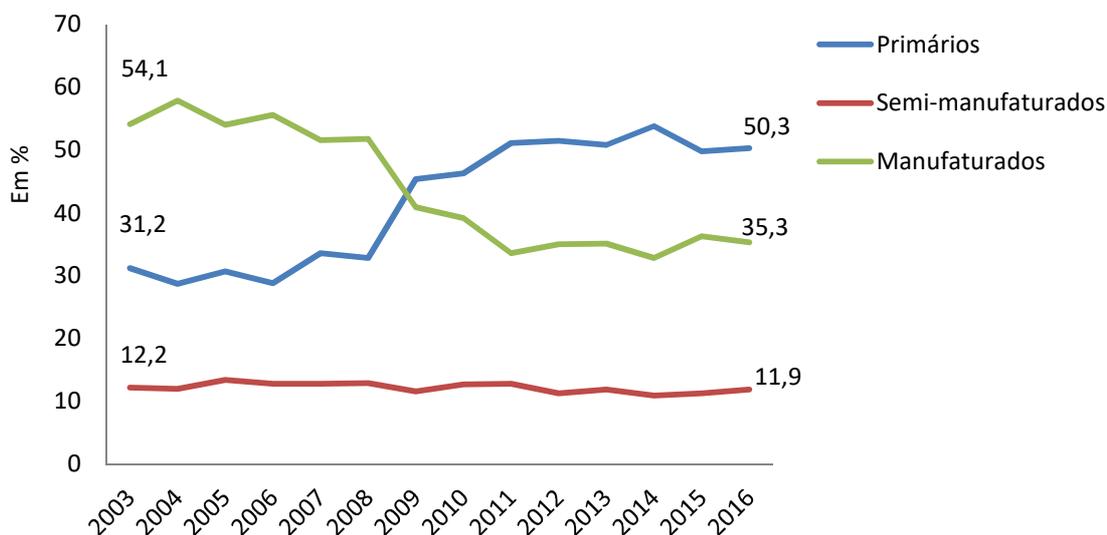
Em 2004, o Brasil, governado por Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento” durante a visita do Presidente chinês Hu Jintao a Brasília. Em seu artigo 1, o Memorando reconheceu a China como economia de mercado. A decisão, embora não tenha sido internalizada no ordenamento jurídico brasileiro até o momento, logo não tendo efeitos concretos – não deixa de ser um forte indicativo de como a presença e a influência chinesa tornou-se significativa no Brasil.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) revelam que em 2001, a China era o sexto maior comprador de exportações brasileiras com US\$ 1,9 bilhões. Em 2005, a China ocupava o terceiro lugar com US\$ 6,83 bilhões e em 2010 tornou-se a principal compradora de produtos brasileiros com US\$ 30,79 bilhões. Em 2015, foram adquiridas exportações no valor de US\$ 35,6 bilhões e, em 2016, US\$ 35,1 bilhões. Desse montante, segundo dados do Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC), 80% correspondem à venda de *commodities* como minério de ferro e concentrados, soja, óleos brutos de petróleo e carne de frango.

O acesso a preços razoáveis de matérias-primas necessárias para manter seu ritmo de crescimento, bem como a possibilidade de ofertar seus produtos e serviços ao Brasil, com grande população e com uma classe emergente de consumidores, fez com que a China voltasse cada vez mais sua atenção para o país. As importações brasileiras de produtos chineses eram de US\$ 1,3 bilhões em 2001. Em 2005, elas passaram a ser de US\$ 5,3 bilhões e, em 2012, a China transformou-se no principal fornecedor do Brasil, com US\$ 34,25 bilhões. Posto que ainda continua ocupando em 2017 com US\$ 27,32 bilhões. Segundo a CEBC, mais de 97% dos produtos de origem chinesa importados pelo Brasil são manufaturados de média e de alta tecnologia: aparelhos eletrônicos, circuitos elétricos, transformadores, vestuário, instrumentos e aparelhos de óptica/médico-cirúrgicos e automóveis.

Tal conjuntura colaborou para que o Brasil desenvolvesse um ciclo de crescimento baseado nas exportações de *commodities*. Segundo Negri e Alvarenga (2010), durante os anos 1990, a participação das *commodities* na pauta de exportações brasileira permaneceu em torno de 40%, mas passou a ocupar 51% do total a partir de 2007-2010. Estudo divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), *State of Commodity Dependence 2014*, indicou que o país tem 65% de sua pauta de exportação baseada em produtos primários. Esse número corrobora os dados de 2017 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que revela que mais de 60% das exportações brasileiras são constituídas de produtos não industriais ou de relativamente baixa intensidade tecnológica, sendo pouco mais de 30% de produtos de maior conteúdo em tecnologia. A especialização regressiva da produção brasileira fez muitos pesquisadores afirmarem que há uma nova dependência econômica brasileira em curso, a própria UNCTAD acredita que um país é dependente quando pelo menos 60% de suas exportações são focadas em produtos primários.

Gráfico 1 - Brasil: participação no total das exportações



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2017).

Diante desse cenário, a presente pesquisa procurou responder a seguinte pergunta: as atuais relações Brasil-China proporcionaram ao Brasil um

desenvolvimento econômico sustentável ou elas apenas (re)produziram uma relação de dependência?

Para tentar responder tal indagação, a pesquisa utilizou como procedimentos técnico-metodológicos as consultas em indicadores econômicos e em fontes bibliográficas e documentais. Adotou-se uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica de dados de fontes primárias e secundárias. Posteriormente, houve levantamento, seleção, fichamento e verificação de informações colhidas diretamente de órgãos governamentais, bem como de organizações internacionais. Como referencial teórico para embasamento da análise aqui proposta, o estudo elencou a Teoria da Dependência.

O artigo, em um primeiro momento, portanto, buscou realizar uma contextualização histórica-conceitual da Teoria da Dependência, procurando abordar seus principais debates. Em sua segunda parte, o texto objetivou explicitar a hodierna inter-relação sino-brasileira, correlacionando-a com a teoria apresentada. Para auxiliar na interpretação das relações interestatais do Brasil com a China e para colaborar na construção do marco teórico da Dependência, a pesquisa pretendeu operacionalizar um novo conceito: codependência.

2 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E SUAS APLICAÇÕES ECONÔMICAS

A Teoria da Dependência surgiu em meados da década de 1960 com o objetivo de explicar o fracasso das propostas estruturalistas (Estado-empresário e Política de Substituição de Importações) da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em desenvolver a região. Embora tenha alcançado relativo sucesso, sobretudo no Brasil, no México e na Argentina, a estratégia de industrialização da CEPAL não alcançou o êxito em melhorar a distribuição de renda, em aumentar o bem-estar social e em modificar as estruturas sociais e políticas vigentes há décadas na região.

A Teoria da Dependência foi estruturada dentro da sociologia e da economia e seus estudos inovaram ao apresentar uma visão terceiro-mundista para a compreensão da dinâmica internacional. Autores como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Andreas Gunder Frank, Vânia Bambirra, Orlando

Caput e Roberto Pizarro, com forte influência marxista; e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, vertente weberiana, argumentam, respeitando suas singularidades, que a estratégia de industrialização cepalino não produziu desenvolvimento sustentado nos países periféricos em razão da permanência das suas condições econômicas e sociais preexistentes. O não desenvolvimento, dessa maneira, não poderia ser explicado somente pelo fracasso do modelo da CEPAL, mas pela sua incapacidade de modificar as estruturas socioeconômicas tradicionais da região e suas integrações com o centro capitalista.

O termo dependência, portanto, é aplicado à periferia do capitalismo em contrapartida ao do imperialismo, empregado ao centro do sistema. O imperialismo não é mais colonial, mas por hegemonia econômica. Os estudos da dependência podem ser divididos em duas versões: a marxista da superexploração e a weberiana da dependência associada. Para primeira interpretação, especialmente Gunder Frank e Mauro Marini, não haveria outro caminho para o desenvolvimento senão a revolução socialista. Isso se deve, pois, segundo autores dessa visão, os meios de produção capitalistas foram entendidos como um sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais com diferentes formas de acumulação primitiva de capital. Esse conjunto de categorias cria centros mundiais de acumulação central e regiões que se configuram como dependentes nesse processo global de transferência de valor que gera um círculo vicioso no antagonismo centro-periferia. Enquanto os centros tendem a desenvolver sua base tecnológica e industrial, baseando sua produção na mais-valia relativa, os países dependentes amparam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho. A periferia, dessa maneira, sempre se manteria em um modelo capitalista mercantil e nunca construiria sua burguesia nacional (Martins, 2011).

O capitalismo e o imperialismo seriam as causas do subdesenvolvimento latino-americano e a incapacidade de êxito de um modelo desenvolvimentista baseado na revolução burguesa. Marini (1992) reconhece que por certo período houve sucesso no modelo desenvolvimentista preconizado pela CEPAL, porém esse fracassou, pois se baseava na superexploração dos trabalhadores e na construção de subcentros. A vertente marxista da Teoria da Dependência estima

que desde os anos 1970 tenha ocorrido uma emergência dos subcentros econômicos e políticos de acumulação mundial. Para Marini (1992), os subcentros são países que conseguiram realizar uma acumulação significativa de capital, ainda que inferior a dos países centrais. Os subcentros, assim, possuem características de nações centrais e periféricas ao mesmo tempo, ocupando uma posição intermediária entre a relação centro e periferia. Os subcentros são semiperiferia, mas nem toda semiperiferia é um subcentro. Para se categorizar como subcentro é necessário, de acordo com Marini (1992), um comportamento subimperialista, que se identifica pela exploração da periferia pela semiperiferia.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros (MARINI, 1992, p. 137-138).

Para a CEPAL, a deterioração dos termos de troca restringe-se aos produtos negociados entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para os marxistas da Teoria da Dependência, a deterioração dos termos de troca exerce-se sobre o valor trabalho entre centro, subcentro e periferia. A divisão internacional do trabalho faz com que o capitalismo latino-americano busque compensar o intercâmbio desigual por meio do mecanismo da superexploração do trabalho. Dessa maneira, o capital forte de países centrais associado com setores importantes da sociedade latino-americana gera uma dinâmica de desenvolvimento do subdesenvolvimento em virtude de uma relação vertical do capital X trabalho. Essa dinâmica faz com que o *gap* entre a periferia e o centro sempre se mantém ou até mesmo aumente. A mais-valia extraordinária – com a superexploração – e a mais-valia relativa, com o atraso tecnológico, fazem com que o desenvolvimento dos países periféricos ocorra sempre de forma absoluta, nunca relativa. A mesma lógica repetindo-se na relação entre subcentro e periferia (MARINI, 2000; FRANK, 1980).

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transfere aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente (MARINI, 2000, p. 145).

Evidencia-se que, para Marini e Frank, o desenvolvimentismo estruturalista da CEPAL enganava-se ao adotar um reformismo incapaz de modificar a essência da dependência na América Latina: a superexploração dos trabalhadores e a mais-valia relativa e extraordinária responsáveis pelo desacordo entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas.

Para segunda interpretação da Teoria da Dependência, a weberiana, representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, apesar dos interesses dos países periféricos serem determinados pelas nações desenvolvidas e por uma burguesia associada, às teses cepalinas desenvolvimentistas não alcançaram êxito em virtude de circunstâncias sociais e políticas.

Considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico [...], a estrutura social e política vai se modificando à medida que diferentes classes sociais e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 180).

Para esses autores, o desenvolvimento tem essencialmente duas dimensões: uma interna e outra externa. Enquanto a primeira é o resultado da relação entre as classes sociais de um país e gera um produto socioeconômico, a segunda concerne às relações que se estabelecem entre os grupos dominantes e o resto do mundo. O desenvolvimento, ademais, seria viável dentro do próprio sistema capitalista. Os sistemas econômicos e políticos funcionariam de forma orquestrada, fazendo com que na dependência houvesse uma ambiguidade, isto é, autonomia política, mas dependência econômica. Segundo os autores: “A noção de dependência alude diretamente às condições

de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno do país como ao plano externo” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 27).

Para a interpretação weberiana da dependência, a burguesia local é também dependente da burguesia dos países centrais. Apesar disso, a revolução burguesa brasileira ainda seria possível por meio da associação com as potências hegemônicas. Em 1979, Fernando Henrique Cardoso escreveu: “[...] toda luta antiimperialista, que era uma luta que tinha por base a crença de que o imperialismo não viria industrializar a periferia, ficou um pouco no ar e as pessoas perceberam que o imperialismo passou a industrializar a periferia, controlando-a de outra maneira” (CARDOSO, 1979, p. 11).

Em discurso proferido como Senador da República em 1991, Fernando Henrique Cardoso evidenciou a mudança de paradigma que deveriam pautar as mudanças no país.

Se às antigas relações de dependência era possível responder politicamente pedindo-se uma autonomia nacional nas decisões, mais investimentos industriais (para escapar da deterioração dos termos de troca) e ampliação do mercado interno para quebrar a cadeia de dependência do tipo “enclave” e para forçar a redistribuição interna de renda, hoje a resposta política requer, também no Sul, a construção de uma nova sociedade. Só haverá um destino digno para os países do Sul com mais educação, melhor Estado, maior produtividade do capital humano e, ao mesmo tempo, com a democratização da sociedade e do Estado (CARDOSO, 1991, p. 36).

Percebe-se que compreender esse pensamento de Fernando Henrique Cardoso faz com se entenda melhor seu período como Presidente da República (1994 – 2002). Em mais de uma ocasião, Cardoso negou que seja neoliberal e defensor do livre mercado, reafirmando ser socialdemocrata.⁴ Seu governo,

⁴ Ver: "Não sou neoliberal", diz FHC a emissora argentina. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/07/brasil/4.html>>. FHC elogia 'firmeza', mas nega ter sido influenciado por Thatcher. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130408fhc_thatcher_pai_cq>. Os autores consideram o período de Cardoso na presidência nem neoliberal e nem socialdemocrata, mas de liberalismo social. A própria produção acadêmica de Cardoso vai evoluindo para um pensamento mais próximo do institucionalismo e do liberalismo social com o passar dos anos.

segundo ele, deu um enfoque maior nas instituições como molas propulsoras do desenvolvimento.

O desmonte do Estado, realizado durante seu mandato, procederia da necessidade de modernizar politicamente e socialmente a economia brasileira para inseri-la de forma competitiva no processo de globalização. Cardoso pregava resolver os problemas do Brasil com a resignação às normas e às pautas de conduta da gestão da ordem mundial (CERVO, 2008). O raciocínio era simples, o país segue as regras da política internacional, fortalece as instituições, investe em eficiência e capacitação, normaliza sua economia, logo começaria a receber investimentos estrangeiros e a ser convidado a se inserir cada vez mais como protagonista, que seja secundário ou auxiliar, na economia e na política internacional.

Para Cardoso e Faletto, já não havia espaço para o desenvolvimento de uma burguesia genuinamente brasileira capaz de criar uma poupança nacional, as classes estavam associadas à burguesia dos países centrais. Na verdade, para os autores, as classes burguesas no Brasil disputavam constantemente entre si para construir suas relações com o capital forte externo, levando-as a desunião e prejudicando a realização de um projeto comum. O crescimento do país só seria possível com essa poupança externa, assim sendo restava ao Brasil uma forma de dependência associada aos países centrais que poderia levar o país para o desenvolvimento econômico e a um maior protagonismo dentro do capitalismo mundial.

A dependência associada pode ser resumida – com todos os riscos implícitos em um resumo – em uma idéia simples: já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 37).

Observa-se que as relações internacionais, portanto, eram de extrema importância para viabilizar o desenvolvimento nacional brasileiro. Não é por acaso que o partido de Cardoso, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sempre buscou ocupar ou influenciar o Ministério das Relações Exteriores (MRE), aliás, o próprio Cardoso foi chanceler brasileiro de 1992 a 1993. Enquanto Presidente da República, Cardoso optou por fortalecer a

diplomacia presidencial, buscou inserir o Brasil nas normas e regimes internacionais (por exemplo, assinando o Tratado de Não-Proliferação Nuclear – TNP e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – Mctr), integrar com a América do Sul via Mercosul e almejou espaços em importantes fóruns multilaterais, como OMC e Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (CERVO, 2008).

A inserção internacional subordinada ao sistema estabelecido pelos países centrais não conseguiu, contudo, proporcionar os ganhos políticos e econômicos esperados. Nos assuntos internacionais referentes a *high politics*, o Brasil sequer se tornou protagonista, permanecendo no papel de figurante.⁵ É nessa fase, após a crise da desvalorização do Real em 1999, que Cardoso começou a escrever sobre a globalização assimétrica. É também a partir desse momento, que a política externa brasileira repensou seu eixo de atuação Sul X Norte para um eixo mais focado nas relações Sul X Sul. Superar a dependência exigia se associar a novos parceiros; decorrendo daí o interesse na China. A partir de 2000, a China, que era apenas o décimo parceiro comercial do Brasil, passa a ser observada como um possível sócio capaz de impulsionar o desenvolvimento brasileiro.

3 BRASIL – CHINA: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA COMPLEXA

A história das relações entre Brasil e China remonta ao período colonial quando o Brasil era um entreposto entre Lisboa e Macau. Na época em que a corte portuguesa residiu no Brasil, D. João VI chegou a trazer algumas famílias de chineses com objetivo de produzir chá no país (PIRES, PAULINO, 2011). Sob D. Pedro II, em 1881, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado com o imperador chinês Guangxu (Dinastia Qing) estabeleceu as primeiras representações diplomáticas nos dois países, a livre circulação no território para cidadãos munidos de passaporte e o acesso mútuo de navios comerciais e de

⁵Dentro dessa categoria de análise pode inferir que o Brasil só se tornou protagonista na questão ambiental, que ainda é *low politics*. Economicamente o país é coadjuvante almejando um lugar mais protagonista. Militarmente é figurante. Politicamente, em virtude do enfoque cada vez maior da diplomacia presidencial, o país oscila demasiadamente. Em uma reflexão rápida, percebe-se que o Brasil obedeceu a seguinte lógica: governo de Fernando Henrique (coadjuvante), governo de Lula (co-protagonista), governo de Dilma Rousseff (coadjuvante), governo Michael Temer (figurante).

guerra aos respectivos portos. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, a atribulada trajetória política da China impediu o aprofundamento das relações que eventualmente se romperam com a Revolução Comunista de 1949. A ascensão dos maoístas ao poder isolou a RPC do mundo ocidental, porquanto a República da China, exilada em Taiwan, foi considerada a legítima representante do país por parte dos EUA e seus aliados.

Em 1972, o *rapprochement* entre Washington e Pequim permitiu que a “China vermelha” substituísse Taiwan na vaga permanente do CSNU e abriu caminho para uma reconciliação com o Brasil. Em agosto de 1974, o “pragmatismo responsável” da política externa do General Ernesto Geisel (1974 – 1979) e de seu chanceler Antonio Azeredo da Silveira levou à retomada das relações entre os dois países. As relações permaneceram em um plano da solidariedade diplomática em razão dos dois países compartilharem majoritariamente da experiência de pertencerem ao Terceiro Mundo (KOCHER, 2013).

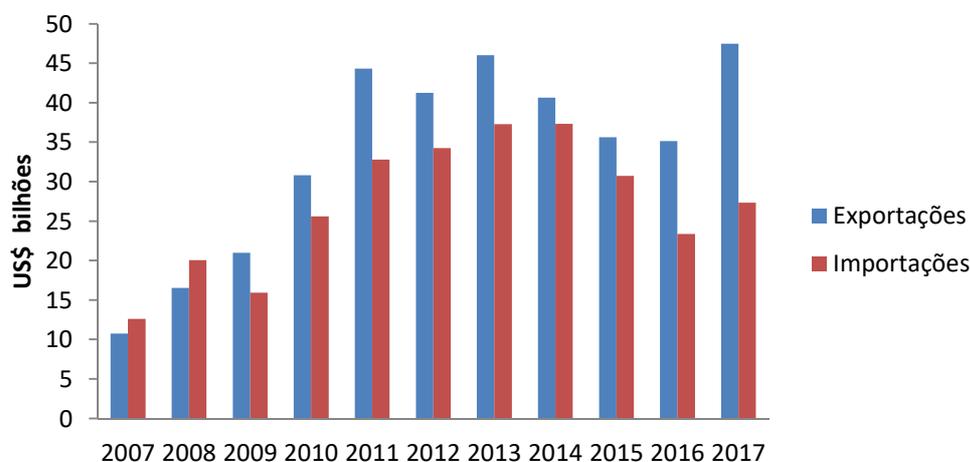
Em 1978, Brasil e China assinaram o “Acordo Comercial Brasil - República Popular da China” com o propósito de reforçar a amizade entre os dois povos, de fortalecer e de desenvolver suas relações comerciais de forma equilibrada. O acordo, todavia, não resultou em um aumento de troca comercial entre as duas nações. Em 1988, os dois países iniciaram uma cooperação científica, tecnológica e financeira para juntos desenvolverem dois satélites (*China Brazil Earth Resources Satellite – CBERS*). O projeto foi precedido pela visita de dois mandatários brasileiros à China: General João Figueiredo (1984) e José Sarney (1988). Em 1993, o presidente chinês Jiang Zemin retribuiu a visita e selou a “parceria estratégica” estabelecida entre as duas nações. Priorizou-se, inicialmente, a aliança estratégica na esfera científica que resultou no lançamento em órbita de dois satélites de sensoriamento remoto (1999 e 2003) e na intensificação do programa *CBERS* entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (OLIVEIRA, 2013).

No início da década de 2000, a reorientação da política externa de Fernando Henrique Cardoso intensificou a aproximação com Pequim. Na época, a China já era o país em desenvolvimento que mais recebia investimentos

estrangeiros diretos, o Brasil era o segundo. Em 2001, o presidente Jiang Zemin visitou o Brasil, assinando importantes parcerias no setor aeronáutico que viabilizou a abertura de uma unidade da Embraer na China por meio de uma *joint venture* com a *China Aviation Industry Corporation II* (AVIC II) e criando a *Harbin Embraer Aircraft Industry Co. Ltd.* (HEAI).

Em 2004, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, as relações comerciais entre Brasil e China ganharam maior relevância. Dois motivos explicam esse fenômeno: a política chinesa de aprofundar as reformas liberalizantes pelas quais sua economia passava levaram o país a buscar uma maior inserção no mercado global; a intensificação da política de cooperação sul-sul brasileira durante o período de Celso Amorim à frente do MRE. Os marcos que revelam a inflexão experimentada pela política externa chinesa são sua entrada na OMC em 2001 e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2009. Com um crescimento do PIB girando ao redor de dois dígitos nas últimas duas décadas, a China superou os EUA em volume de comércio global e tornou-se o principal parceiro de 124 países dos 180 com que ambos negociam (GEMAWAT; HOUT, 2016). Com o Brasil não se fugiu à regra. O volume de comércio com a China que totalizava US\$ 6,6 bilhões em 2003 chegou a US\$ 74,81 bilhões em 2017 (MDIC, 2017). Desde 2012, a China tornou-se a principal parceira comercial do Brasil ultrapassando a União Europeia (UE) e os EUA.

Gráfico 2 - Exportações – Importações Brasil – China

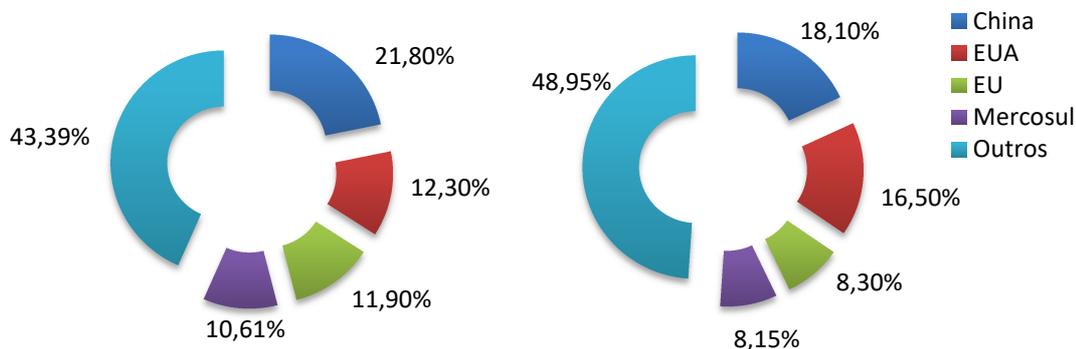


Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018).

Gráfico 3 - Participação nas exportações e importações (2017)

Part. nas exportações (2017)

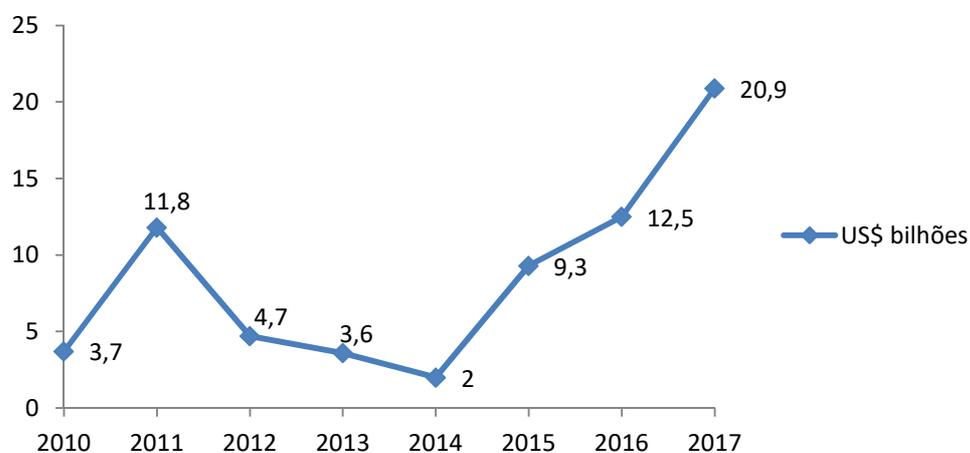
Part. nas importações (2017)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018).

A China sobressai igualmente por seus investimentos no país. Mais de 80% dos investimentos chineses são destinados aos segmentos de energia, agricultura e mineração. Os bancos chineses que sustentam os investimentos bilaterais e o comércio também estão presentes. O Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), a maior instituição financeira mundial, está no Brasil desde 2012. A China estabeleceu em São Paulo um escritório do Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT) a fim de orientar as empresas que desejam investir no Brasil.

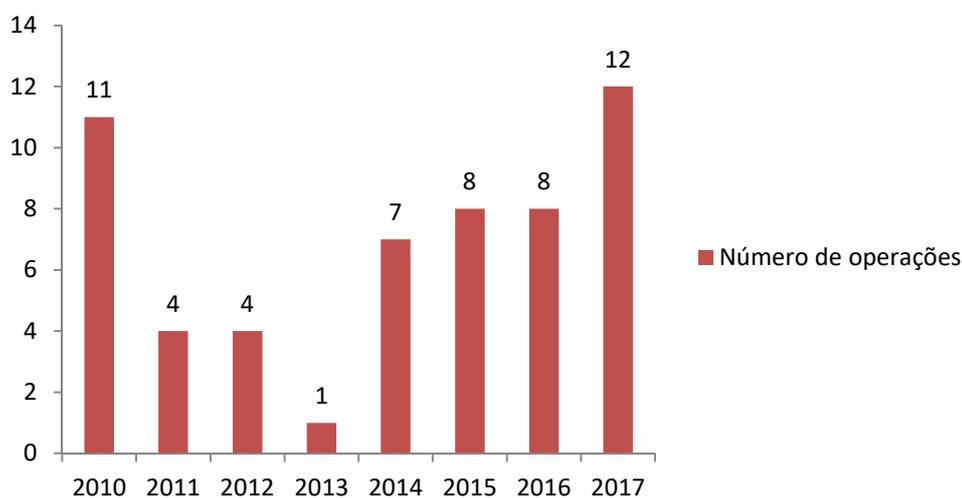
Gráfico 4 - Evolução dos investimentos chineses no Brasil (2010-2017)



Fonte: Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC, 2017).

As estatais chinesas entraram nos negócios brasileiros comprando importantes empresas nacionais. Os capitais chineses evitam partir do zero e preferem adquirir os ativos locais por meio de fusões ou aquisições.

Gráfico 5 - Evolução das fusões e aquisições China-Brasil (2010-2017)



Fonte: Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC, 2017).

Os dados relativos à China são quase sempre superlativos. Sua economia é a segunda maior do mundo e corresponde à soma das economias alemã, francesa e italiana. A China também enfrenta o desafio de alimentar 22% da população mundial em um território limitado a 7% da terra arável e 6 % dos

recursos hídricos mundiais. Para prover a essa insuficiência, o governo chinês recorre à importação massiva de produtos agrícolas e sustenta um déficit anual crescente nesse setor (CEPAL, 2015).

A necessidade chinesa de ter acesso a todo tipo de matéria prima levou o país a demandar esses produtos da América Latina, Caribe e África que viram seus PIBs serem impulsionados pela venda de *commodities* para o país. O Brasil é, atualmente, depois dos EUA, o segundo maior fornecedor de recursos agrícolas para a China. Além de importar produtos primários da região, a China vem realizando uma intensa política de exportação de bens industrializados para a América Latina. A fórmula chinesa para almejar seu escopo e realizar seu *catching-up* é uma política monetária heterodoxa: a taxa de juros é mantida baixa de maneira previsível, administrada e estável em virtude de fortes controles de capitais e de um sistema financeiro controlado pelo Estado. As baixas taxas de juros são garantidas por um processo de financeirização particular dos chineses, não dependendo totalmente da globalização financeira. Ao contrário da América Latina e do Brasil, a financeirização chinesa está finamente articulada em torno de um processo virtuoso de investimentos e de industrialização aliada ao progresso técnico.

A financeirização com características chinesas é coordenada por um sistema bancário essencialmente estatal com controle de capitais e com intensa regulação de capitais internacionais. O controle de capitais prevê restrições pesadas a investimentos em portfólio, a dívidas em moeda estrangeira e a repatriações. Os bancos comerciais estatais são responsáveis pelo grosso da oferta de crédito – e quatro deles já são os maiores bancos do mundo em termos de capitalização (*ICBC, China Construction Bank, Agricultural Bank of China e Bank of China*). Importantes bancos de desenvolvimento, obviamente sob controle do Conselho de Estado, orientam o financiamento em longo prazo. Os bancos de desenvolvimento da China estão entre os maiores do mundo, sobretudo, o *China Development Bank* e o *Export-Import Bank of China*. É o crédito estatal e não a poupança das famílias ou o capital externo que é crucial para as obras de infraestrutura e de fomento às exportações chinesas. Na China, a propriedade estatal é o cerne da acumulação de capital.

Na América Latina, o Brasil concentra 75% das vendas alimentares para Pequim enquanto Argentina, Uruguai e Chile perfazem a quase totalidade dos 25% restantes. Acrescendo a esse cômputo o suprimento de recursos minerais, o Brasil permanece em primeiro lugar com 42,6% das vendas (minério de ferro, petróleo). Chile e Venezuela ocupam o segundo e o terceiro lugar em vendas, fornecendo respectivamente cobre (19,4%) e petróleo e derivados (10,8 %). Em toda a região da América Latina e Caribe, são os únicos três países a apresentarem uma balança comercial superavitária com a China (CEPAL, 2015).

A falta de diversidade nas mercadorias exportadas para a China é uma questão recorrente na região da América Latina e Caribe. Segundo dados da CEPAL (2015), o Brasil exportou 1.370 produtos para China enquanto que no comércio inter-regional, isto é, dentro da própria América Latina, o país exportou 3.934 produtos em 2013. A falta de diversificação nos bens exportados para China ainda é mais evidente no caso de outros países latino-americanos. A Venezuela, por exemplo, exporta 110 produtos para a China, no comércio inter-regional são 1.689. Em El Salvador a concentração é de 35 vezes a pauta de exportações. O país vende 74 produtos para a China, mas sua cesta de exportações para a América Latina e Caribe apresenta 2.557 artigos diversos (CEPAL, 2015).

A demanda chinesa por *commodities* permitiu que a região da América Latina e Caribe obtivesse um crescimento recorde dos setores extrativos e agrícola, ocasionando uma melhora real nas economias locais. Há, contudo, um aspecto que não pode ser desconsiderado: a forte especialização em produtos primários e a dependência neles, gerando vulnerabilidade frente às flutuações da demanda chinesa. Esse processo estimulou a estrutura produtiva especializada e heterogênea⁶ da América Latina, enquanto que nas economias centrais é diversificada e homogênea.

A especialização produtiva leva a uma deterioração dos termos de troca entre os países. Há uma piora da balança dos preços de exportação vis-à-vis os preços de importação de produtos chineses. O diagnóstico apontado explicita

⁶ Nos países periféricos, novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados.

que os preços dos produtos primários – usualmente exportados pelos países latino-americanos – tendem a cair em relação aos industrializados. Isso faz com que as exportações de bens primários têm de ser aumentadas constantemente para suprir as necessidades de bens industriais nos países periféricos. Segundo pesquisa da CEPAL (2015), o baixo valor agregado que as mercadorias de origem extrativistas-primários, caso da maioria dos produtos exportados pela América Latina e Caribe para China, reflete na geração de poucos empregos. Calcula-se que para cada US\$ 1 milhão de mercadorias exportadas para a China foram criados cerca de 45,5 empregos diretos, enquanto que esse mesmo valor exportado para o restante do mundo teria gerado 55 empregos diretos.

Dentro dessa mesma perspectiva, o inesperado bônus proporcionado pela alta do preço das *commodities* pode ter desviado o foco estratégico dos governos locais das falhas estruturais de suas economias e contribuído para a desindustrialização parcial da região da América Latina e Caribe (OREIRO; FEIJÓ, 2010). O Brasil e outras nações latino-americanas estão enfrentando a doença holandesa. De acordo com Bresser-Pereira (2016), a doença holandesa pode ser caracterizada quando um país sofre com a sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio. Isso ocorre em virtude de suas *commodities* estarem sendo beneficiadas de rendas ricardianas e/ou sujeitas a *booms* de preços. Com a doença holandesa, a taxa de câmbio nominal ou de mercado flutua em torno de um equilíbrio mais baixo, o corrente, inviabilizando ou dificultando a competitividade do setor industrial do país.

Aliando a isso, a China vem exportando produtos que concorrem diretamente com os bens industrializados da América Latina. Partindo de conceitos como “ameaça direta” (quando a penetração do produto chinês coincide com uma retração do mercado global para o produto concorrente) e “ameaça parcial” (quando o produto chinês conquista mercado global mais rapidamente do que o do concorrente), chegou-se à conclusão que, entre 2000 e 2006, 94% das exportações de manufaturados da América Latina encontravam-se sob ameaça dos semelhantes chineses. Desse total, 62% eram constituídos de ameaça direta e 31% parcial. Em relação ao Brasil, entre 2003 – 2008 a ameaça total atingia 78% das exportações de manufaturados e no quinquênio 2008-2013 a concorrência chinesa passou a atingir 87% dos manufaturados

nacionais (48% ameaça direta e 39% ameaça parcial) (RAY; GALLAGHER, 2015).

Diante desse cenário exposto, a pesquisa, alicerçada no marco teórico da Teoria da Dependência, desenvolveu uma hipótese-conceitual para tentar explicar a atual relação político-econômica entre Brasil e China: codependência. O conceito de codependência tem sua origem nas pesquisas em psicologia no campo da dependência química, sobretudo para alcoolismo na década de 1970. Ele foi usado, primeiramente, para definir as pessoas extremamente ligadas aos dependentes químicos e os impactos psicológicos, emocionais e comportamentais dessa relação (Culler, Carr, 1999). Posteriormente, o conceito foi ampliado para categorizar o relacionamento em que há uma relação disfuncional, ou seja, em que os codependentes têm sua capacidade de administrar suas vidas comprometidas em função do dependente (Irwin, 1995). O *National Council on Co-dependency* dos EUA definiu o conceito da seguinte maneira: “a co-dependência é um comportamento aprendido, expresso através de dependências em pessoas e coisas externas a si. Estas dependências incluem a negligência e a diminuição da sua própria identidade” (WHITFIELD, 1991 apud FERREIRA-BORGES; CUNHA FILHO, 2004, p. 150). Para Whitfield (1989), a codependência caracteriza-se pelo excessivo foco do sujeito no ambiente externo, fazendo com que os seus próprios processos internos ficam esquecidos ou perdidos. Para o autor, o codependente é sempre um dependente do dependente.

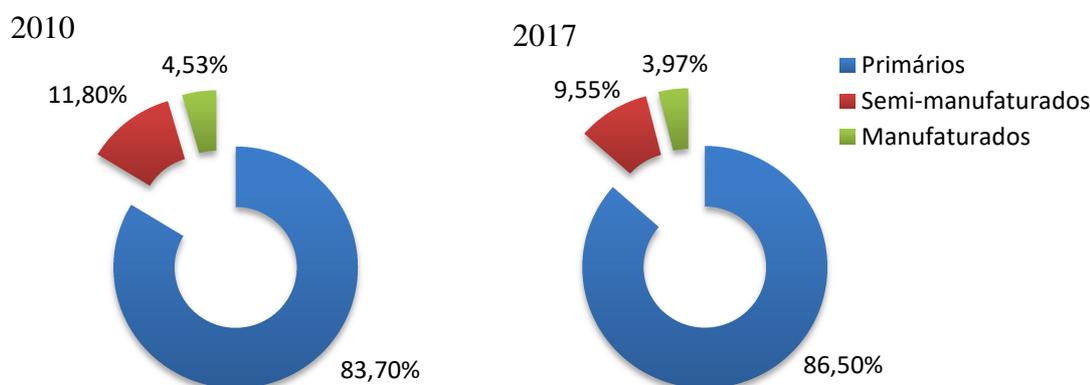
Em um processo de reoperacionalização conceitual, ao trazer o conceito para economia-política, pode-se afirmar que a codependência na economia segue, dentro de suas singularidades, a mesma lógica da psicologia, ou seja, o codependente é aquele país voltado para o ambiente externo e dependente do dependente. Aquele país que perdeu sua capacidade de traçar seu próprio projeto, sua própria identidade, mantendo uma relação disfuncional não somente com os países centrais, mas com outro dependente. Segundo os preceitos da Teoria da Dependência, especialmente a vertente marxista, na relação centro-periferia há o imperialismo que impõe uma situação de dependência aos

periféricos; na relação entre subcentros e periferias ocorre, a nosso ver, uma relação de codependência.

A relação de codependência na economia caracteriza-se por apresentar as seguintes características: deterioração dos termos de troca, atraso tecnológico, superexploração do trabalho para obtenção da mais valia extraordinária e há subimperialismo entre subcentros e/ou entre periferias. A codependência surge quando um país ainda periférico reproduz estratégias e mecanismos típicos dos países centrais, realizando exploração de seus pares com objetivo de efetivar sua acumulação de capital, possibilitando seu *take-off* e sua entrada entre as grandes potências econômicas.

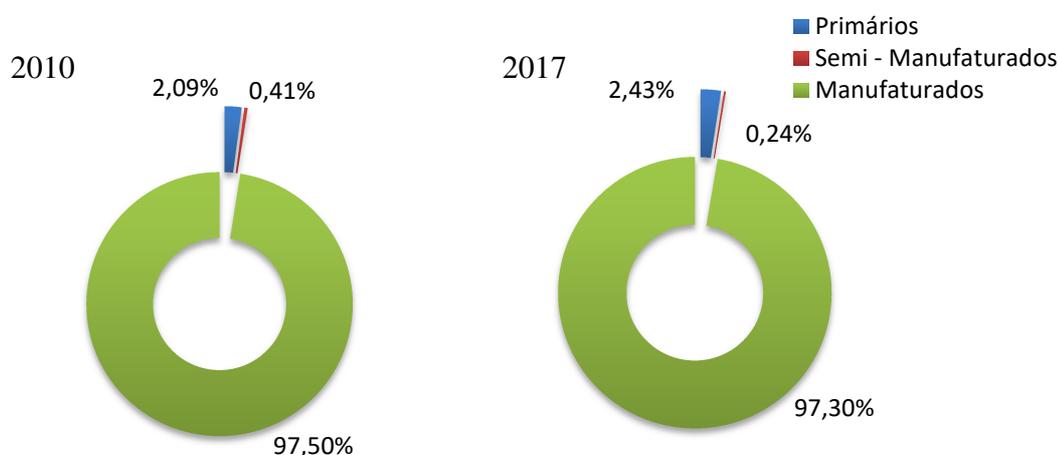
A deterioração dos termos de troca entre Brasil e China é visível. O Brasil está cada vez mais se especializando em produtos primários enquanto a China exporta produtos manufaturados.

Gráfico 6 - Exportações Brasil – China (2010 – 2017)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018).

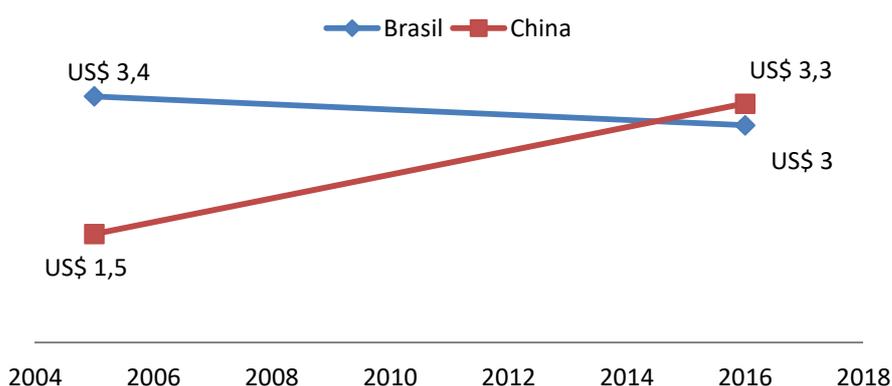
Gráfico 7 - Importações Brasil – China (2010 – 2017)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018).

No que concerne a superexploração do trabalho, recente pesquisa desenvolvida pelo Euromonitor (com dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho, da Eurostat e dos países analisados) verificou que o salário-hora do trabalhador brasileiro já está inferior ao do trabalhador chinês.

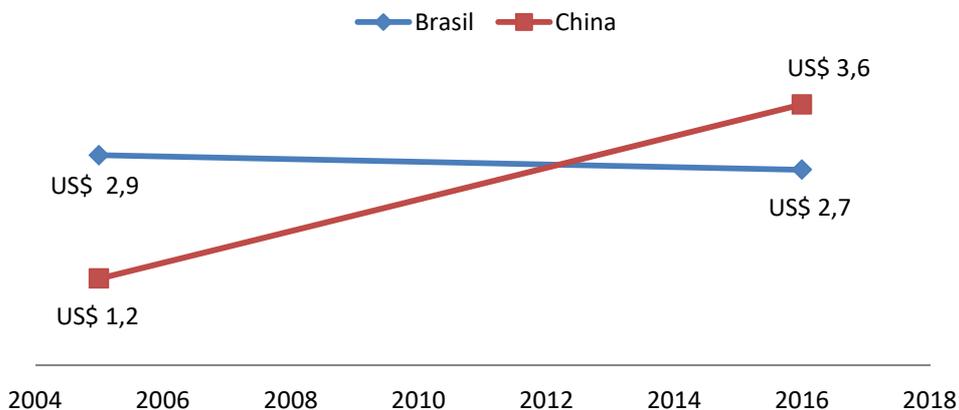
Gráfico 8 - Salário por hora em todos os setores: Brasil - China (2005 – 2016)



Fonte: Euromonitor Internacional (2017).

Se considerarmos o trabalho por hora no setor industrial, a China mostra uma melhora significativa, mais do que dobrando o salário médio do trabalhador industrial. O Brasil, por outro lado, mostra um declínio nos salários.

Gráfico 9 - Salário médio por hora da indústria: Brasil – China (2005 – 2016)



Fonte: Euromonitor Internacional (2017).

Na codependência há uma exploração entre os periféricos. O subimperialismo existente nessa relação consegue ser mais danoso do que o imperialismo das nações centrais. Nesse ainda há uma significativa transferência de capital enquanto que naquele a transferência se torna limitada. O país que se converte em codependente, assim como o dependente, renunciou à sua própria identidade para manter uma relação disfuncional. A nação dependente é incapaz de traçar um projeto nacional e acaba seguindo os passos das nações centrais. O país codependente também perdeu a capacidade de realizar um plano próprio, a diferença é que o codependente não segue uma nação central, mas um subcentro.

A China apesar de seu crescimento econômico, maior acumulação de capital e ganhos de influência política, ainda pode ser considerada um subcentro econômico. A China possui zonas limitadas de prosperidade e se insere de forma subalterna na divisão internacional do trabalho (os países tradicionalmente industrializados detêm os processos criativos e de produção de conhecimento enquanto a China tornou-se uma grande “fábrica do mundo”). O Brasil, por outro lado, ao intensificar essa relação com a China está se desindustrializando e perdendo sua posição de semiperiferia. Segundo Palma (2014), o parque industrial brasileiro passou a ser metade do que era nos anos 1980. O país sofre com a falta de investimentos nacionais em infraestrutura, energia, transporte e educação. O processo de reprimarização da economia com

a especialização regressiva da produção brasileira coincide com a ascensão da China como principal parceiro comercial e político do Brasil.

No estudo de caso aqui pesquisado percebe-se que a economia brasileira está se transfigurando em codependente dos chineses. O Brasil optou, recentemente, por associar-se a um subcentro que vem seguindo estratégias subimperialistas, por consequência estruturando relações de codependências. A entrada do Brasil nessa relação de codependência com a China pode ser algo estratégico, pois o país não dispõe da mesma capacidade de poder da China (militar-político-econômico). Desse modo, à medida que a China avança em superar sua dependência e galga alguns degraus na escada do condomínio internacional, fazendo analogia com estudos de Chang (2004)⁷, ela pode optar em questionar a organização do sistema mundial, lutando por reformas estruturais que possibilitariam melhor distribuição de poder e de riquezas. A China é sem dúvidas, entre os países semiperiféricos o que mais vem ascendendo politicamente e economicamente no sistema internacional e ao conseguir sua autonomia poderia incluir o Brasil como parceiro privilegiado nesse novo reordenamento mundial. Nesse caso, o Brasil sairia de um processo de dependência associada e passaria a cumprir um papel de co-protagonista.

Essa estratégia, todavia, é de certo modo arriscada. A China vem escalando degraus na escada rumo ao desenvolvimento usando como espeque os países da periferia. O Brasil, dessa maneira, ao colocar suas fichas na ascensão chinesa, que teoricamente levaria o país ao patamar central do condomínio internacional, pode cair em um processo de dependência mais profunda ainda. A codependência brasileira seria ainda mais drástica em virtude do desmonte do parque industrial, da reprimarização da economia, fazendo com que a superexploração do trabalho e a deterioração dos termos de troca intensificassem-se. Se durante o século passado o Brasil foi dependente do capital europeu e estadunidense, porém conseguindo certa autonomia em virtude do projeto nacional-desenvolvimentista, no século XXI o Brasil pode se

⁷ Em 2004, o economista sul-coreano da Universidade de Cambridge, Ha-Joon Chang lançou seu livro *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Segundo Chang (2004), os países considerados centrais subiram uma escada para chegar ao patamar que estão atualmente, adotando políticas protecionistas e práticas comerciais vigorosas, após isso eles a chutaram e dificulta a subida de novos membros.

manter codependente da China e, posteriormente, dependente desse novo centro em uma relação mais disfuncional ainda, perdendo seu posto de semiperiferia industrial.

A China, apesar de iniciativas no âmbito do Fórum dos BRICS, como a criação em 2014 do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), continua adotando comportamentos de potência exploradora, como todas que fazem ou fizeram parte do “circulo dirigente” do sistema mundial. Ao ser cada vez mais condizente com atual estrutura do poder mundial, a China opta por solicitar que os países centrais disponibilizem a escada, que eles chutaram, somente para ela do que tentar estabelecer uma nova geoeconomia e política mundial.

A Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto poderia ser uma base teórica para refletir esse dilema brasileiro na sua política externa como propulsora do desenvolvimento. Ao trazer o enfoque para as arcaicas relações políticas e sociais brasileiras que impediriam o desenvolvimento do país, os autores demonstram a ausência de um projeto nacional de coesão intra-classes e extraclasses no Brasil, impedindo a saída do país da dependência.

O que se quer assinalar brevemente por enquanto é que, se a nova forma de dependência tem explicações exteriores à nação, por outra parte a relação interna entre as classes não lhe é alheia; ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência (Cardoso, Faletto, 1979:36).

De acordo com Cardoso e Faletto (2004), a burguesia nacional, que teria a responsabilidade de ser um protagonista no processo de desenvolvimento, é muito volátil, pois ora se associa com o capital externo e ora ao Estado. Essa associação tem como base primordial a conquista de benefícios próprios e o desprezo por um projeto mais amplo de transformação social, como fora visto nas economias europeias. Os autores, dessa maneira, não criticam a associação com o capital externo, mas a carência de um plano nacional. Sabe-se, entretanto, que a associação com os investimentos estrangeiros diretos (IED) pode transformar-se em causa de subdesenvolvimento. Segundo Bresser-Pereira (2016), o IED quando direcionado para setores de mineração, de comércio e de agricultura estimula a reprimarização da economia. É o que vem

ocorrendo na relação Brasil-China, 80% dos IED chineses no país são destinados aos segmentos de energia, agricultura e mineração.

Em 2014 era de US\$ 3,3 bilhões dos IED chineses no país. Em 2017, foi de US\$ 11,3 bilhões. Parte considerável do investimento chinês no Brasil é canalizado por países intermediários, e não investido de forma imediata a partir da China. Em 3 anos o IED oriundo da China foi de US\$19,5 bilhões. Aproximadamente dois terços do IDP chinês tiveram como destino o setor elétrico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Além disso, quando um país decide adotar uma política de crescimento com poupança e financiamentos externos, a taxa de câmbio fica mais apreciada, estabelecendo que suas empresas tenham desvantagem competitiva. Tal cenário desencoraja o capital produtivista nacional uma vez que as mercadorias perdem competitividade tanto no mercado internacional quanto no nacional. O país começa a sofrer da doença holandesa. Segundo Bresser-Pereira: “O argumento que nos apresentam as empresas multinacionais é que elas trazem capitais, mas já vimos que os países em desenvolvimento não necessitam deles; necessitam apenas de sua tecnologia” (BRESSER-PEREIRA, 2016:157-158).

Seguindo essa lógica e correlacionando com o cenário apresentando da relação Brasil – China, evidencia-se que a burguesia brasileira – sobretudo o setor do agronegócio que já representa 23% do PIB e 46,2% da pauta de exportação do Brasil (MAPA, 2017), não foi capaz de planejar um projeto de sociedade que possibilitasse um aumento da produtividade, investimento em pesquisa e desenvolvimento, foco em setores menos concentrados, diversificação produtiva e maior retorno social, viabilizando o surgimento de um Estado de bem-estar social. A recente relação Brasil – China e todas suas capilaridades políticas e econômicas vêm se apresentando, recentemente, como uma estratégia construída pelos formuladores da política externa brasileira para desenvolvimento econômico e ganhos de poder político. Acredita-se, após o exposto e procurando responder a pergunta levantada pela pesquisa, de que a dependência brasileira em relação à China pode estar, na realidade, empurrando o Brasil ainda mais para periferia econômica mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China passou de forma relativamente tranquila a crise mundial de 2008 ao adotar uma política de forte oferta de crédito aliada a uma estratégia keynesiana de gastos em infraestrutura. Desde 2011, contudo, ela está sofrendo uma desaceleração econômica que deve eventualmente se estabilizar em um ritmo anual de crescimento de 3 a 4% a.a. Ainda assim, é importante ressaltar que ela permanece forte na economia global e seu PIB tem possibilidade de superar o estadunidense em torno de 2028 segundo diversos estudos.

O menor crescimento econômico da China deverá ser contrabalançado por uma mudança no perfil de sua população; fazendo com que ela fique mais urbanizada e abrindo novas e variadas alternativas de comércio bilateral. No caso da América Latina, logo do Brasil, especializada na exportação de produtos básicos, a tendência é os preços das *commodities* permanecer no mesmo patamar, o que limitará o ciclo de expansão que suas economias conheceram nos primeiros anos do século XXI. Essa deterioração nos termos de troca pode fazer a região sofrer uma especialização regressiva, ou seja, a concentração de suas economias em bens primários brutos. Caso isso se amplie e se concretize os pequenos avanços sociais e econômicos vistos na última década no Brasil e em outros países latino-americanos podem declinar drasticamente. Como já vem ocorrendo.

O Brasil, em uma tentativa de escapar da dependência clássica que mantinha com os países centrais, optou deliberadamente por se associar com a China. Essa parceria, avaliada como estratégica e como instrumento capaz de levar o Brasil ao desenvolvimento, parece reproduzir e até mesmo aprofundar as próprias condições de dependência que o país estava pensando em escapar. Essa dependência difere daquela anteriormente estudada pelos autores da Teoria da Dependência em virtude de seu atual nível de complexidade. A pesquisa considerou que é uma relação disfuncional de codependência. O Brasil está se convertendo dependente de um subcentro.

Os desafios que a ascensão chinesa na economia mundial se impôs ao Brasil não podem ser respondidos por meio de políticas triviais. Seria necessária uma agenda harmonizadora de interesses políticos-econômico-sociais. Na questão comercial, por exemplo, é preciso uma agenda que analisem,

conjuntamente, as possíveis “ameaças direitas” e “ameaças parciais” que o comércio bilateral entre os países representariam. A relação Brasil-China, desse modo, teria de ser debatida minuciosamente e enfaticamente, assim como foi a iniciativa estadunidense de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Até o fato de reconhecer a China como economia de mercado foi precipitado, pois em muitos aspectos a economia chinesa se categoriza cada vez mais em um modelo de “Capitalismo de Estado”.

É preciso ter em mente que do mesmo modo que a ALCA não era um trem para o progresso, a parceria do Brasil com a China, em todas suas particularidades, também não o é. O Brasil não pode estipular exclusivamente uma estratégia de relação codependente com a China para estabelecer uma frente às economias centrais, EUA e UE, e buscar a reordenação do sistema internacional. Tal política é demasiadamente arriscada e pode levar o país a uma dependência reorientada e empurrar ainda mais para periferia da geoeconomia mundial. A ascensão da China ao patamar superior de economia protagonista junto com os países centrais no condomínio internacional somente mudaria as disposições das peças no jogo, mas não a estrutura em si. Isso faria com que o Brasil ainda mantivesse seu projeto interno refém e focado a um projeto externo.

Para superar essa questão de esquecimento e de desfoque dos processos internos, os teóricos weberianos da Teoria da Dependência, apresentados na primeira parte do artigo, apresentam uma solução. Cardoso e Faletto conseguiram trazer a responsabilidade do desenvolvimento latino-americano para si, ou seja, a estrutura econômica está dada, cabendo à política e à sociedade se adaptarem a ela e organizarem-se. Entretanto, a adaptação não pode ser feita de forma passiva, mas ativamente articulando com os interesses intra-classes e extraclasses, bem como com outros Estados para buscar uma reorientação e rearranjo do ambiente internacional, tornando-o mais justo e simétrico.

Se a questão é mais política e social, desse modo, a política externa brasileira deve servir para o desenvolvimento nacional e repensar o modelo de desenvolvimento e da matriz produtiva, não somente do Brasil, mas de toda

América Latina. A opção da integração dos países latino-americanos apresenta um caminho a ser perseguido. Os dados da CEPAL mostram, como destacado na segunda parte do texto, que quando os países da região realizam trocas comerciais entre eles a diversificação dos produtos é maior e o comércio mais justo. Isso leva a crer que o comércio inter-regional consegue ser mais complementar e que há margem para políticas de integração das cadeias produtivas dos países da América Latina. A negociação em bloco com países mais fortes, evitando assim que os países da região caem em uma relação de dependência ou de codependência já se mostrou extremamente efetiva, por exemplo, no caso da ALCA em 2005 em Mar del Plata.

Um projeto de maior integração da América Latina não implica no abandono das relações com a China, mas uma redefinição. Olhar para esse ator de forma mais assertiva e não de forma ideológica, não o avistando como uma opção anti-imperialismo estadunidense. Tal fato fez com que, na divisão internacional do trabalho, o Brasil e demais países latino-americanos estejam reforçando e aprofundando sua condição de fornecedor de *commodities* e perdendo, inclusive, competitividade e diversificação em outros mercados e no próprio mercado interno, levando-os, portanto, cada vez mais ao precariado e a especialização regressiva da economia. A superexploração do trabalho na região restringiu a geração interna de forças produtivas e limitou a expansão do mercado interno, reduzindo o ciclo de investimento e empurrando o capital estrangeiro para se dedicar a aplicações mais lucrativas e com vantagens comparativas.

Infere-se que os países latino-americanos devem começar a pensar em construir seu próprio condomínio, sua própria escada. O Brasil, como maior economia da América Latina, tem de ser o autor principal a arcar com os principais custos políticos-econômico-sociais desse projeto. Caso contrário, a situação de dependência perpetuará por meio de uma extensa rede de interesses e constrangimentos, internos e externos, que associam as classes e grupos (nacionais e internacionais), inviabilizando o desenvolvimento da região e tornando-a refém do capital estrangeiro.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Data World Bank**. Disponível em:
<[https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?
contextual=default&end=2015&locations=CN-1W&start=1961&view=chart](https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2015&locations=CN-1W&start=1961&view=chart)>
Acesso em: 20 abr. 2017
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto no País**.
Brasília: BCB, 2018. Disponível em
<https://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/Relatorio_IDP2016.pdf>. Acesso em
09 de out. 2018.
- BRAHM, Laurence J. **China after WTO**. Beijing: China Intercontinental Press,
2002.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AGROSTAT)..
Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso
em: 20 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI).
Dados Abertos. Acesso em 20 setembro 2017. Disponível em:
<<http://aquarius.mcti.gov.br/app/dados-abertos/>>
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Balança
comercial brasileira: países e blocos**. Acesso em 214 de março 2018.
Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-
comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=NA](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=NA)>
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (MRE). **Memorando de
entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular
da China sobre cooperação em matéria de comércio e investimento**. Acesso
em 20 setembro 2017. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-
internacionais/bilaterais/2004/b_111/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_111/)>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da Dependência.
Perspectivas, São Paulo 38, pp.17-48, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção política do Brasil:**
Sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: editora 34,
2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e
Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Os Rumos da Oposição**. São Paulo: Ensaios
de Opinião, n. 3, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso sobre a Ordem Mundial**. Brasília: Senado Federal, 1991.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **Dados e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-exportacoes>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Latin American and the Caribbean and China: Towards a New Era in Economic Cooperation**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/38197-latin-america-and-caribbean-and-china-towards-new-era-economic-cooperation>> Acesso em: 15 ju. 2017.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. Editora da UNESP, 2004.

CULLEN, James; CARR, Allan. Codependency: An Empirical Study from a Systemic Perspective. **Contemporary Family Therapy**, v. 21, n. 4, p.505-526, 1999.

EUROMONITOR. **Euromonitor international: countries**. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/store>> Acesso em: 15 out. 2017.

FERREIRA-BORGES, C.; CUNHA FILHO, H. **Alcoolismo e Toxicod dependência**: Manual Técnico 2. Lisboa: Climepsi, 2004.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

GEMAWAT, Pankask; HOUT, Thomas. **Can China's Companies Conquer the World?: the Overlooked Importance of Corporate Power**. FOREIGN AFFAIRS. Mar./apr. 2016.

IRWIN, H. Codependence, Narcissism & Childhood Trauma. **Journal of Clinical Psychology**, v. 51, p.658-665, 1995.

Kocher, Bernardo. Uma análise prospectiva para as relações Brasil-China no contexto dos BRICS. In: ZHEBIT, Alexandre (Org.). **Brasil-China: Construindo o BRICS**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013. p. 69-87.

MARINI, Ruy. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARTINS, Carlos. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

NEGRI, Fernanda de; Alvarenga, Gustavo V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar**, n. 13, IPEA, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma parceria revigorada? In: ZHEBIT, Alexander (Org.). **Brasil-China: Construindo o BRICS**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013. p. 53-68.

ORGANIZATION MONDIALE DU COMMERCE (OMC). **World tariff profiles**, 2016. Disponível em:
<https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/world_tariff_profiles16_e.htm>
. Acesso em 20 set. 2017

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmen. Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso Brasileiro. **Rev. Econ. Polit.**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**, Ano 3, n. 5, jan./jun. p.7-23, 2014.

PIRES, Luís A.; PAULINO, Marcos C. As Relações Brasil e China: Possibilidades e limitações. In: PIRES, Luís A.; PAULINO, Marcos C. **As Relações entre China e América Latina num Contexto de Crise: Estratégias, Intercambios e Potencialidades**. São Paulo: LTCE, 2011.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin. **China-Latin America Economic Bulletin 2015 Edition**. Global Economic Governance Initiative. Boston University , 2015.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **State of Commodity Dependence**, 2014. Acesso em: 20 set. 2017. Disponível em:
<http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf>

WHITFIELD, Charles. Co-dependence: Our Most Common Addiction – some Physical, Mental, Emotional and Spiritual Perspectives. **Alcoholism Treatment Quarterly**, v. 6, p.19-35, 1989.